

Oferta de trabalho e flutuações econômicas: Brasil, 1979-1986

Jorge Jatobá*

O foco está centrado no mercado de trabalho urbano, especialmente nos ajustes ocorridos pelo lado da oferta e que se refletem nas variações das taxas de participação.

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever e interpretar o comportamento da PEA (População Economicamente Ativa), na tentativa de identificar os efeitos que as variações no ritmo da atividade econômica exerceram sobre o seu crescimento e estrutura no período 1979-1986. A ênfase, portanto, recairá sobre a sensibilidade das taxas de participação às flutuações no ritmo da atividade econômica durante o período citado. As informações provêm das tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e que foram gentilmente cedidas pelos Projetos MTb/SES/BRA/82/026 e MTb/SES/BRA/87/002 (Secretaria de Em-

prego e Salários do Ministério do Trabalho do Brasil).

A dimensão regional entra explicitamente na análise, pois objetiva-se verificar se as diferenças de estrutura econômica e de nível de desenvolvimento entre o Nordeste e o Sudeste, afetam não apenas a intensidade da participação na força de trabalho mas, também, sua sensibilidade aos movimentos da economia.

Os fatos econômicos que marcaram a sociedade brasileira ao final da década dos anos setenta e ao longo dos anos 80, até o experimento do Plano Cruzado constituem o marco histórico para a presente análise.

Estes fatos constituem o "background" do estudo. O foco, todavia, está centrado no

* Professor Titular e Pesquisador do PIMES/Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Este artigo é uma versão modificada do Cap. III da tese de Professor Titular do autor (Jatobá, 1989).

mercado de trabalho urbano, especialmente nos ajustes ocorridos pelo lado da oferta e que se refletem, no curto prazo, nas variações das taxas de participação, entendida como a fração da população de 10 anos ou mais que está ocupada ou procurando trabalho.

Crescimento e estrutura da força de trabalho

Entre 1979 e 1986, fase que compreende três sub-períodos distintos, ou seja, o ano pré-recessivo (1979), a crise dos anos 1981-1983 e o estágio de recuperação e crescimento que culminou com o Plano Cruzado (1984-1986), ocorreram transformações significativas na estrutura e funciona-

trabalho urbana já era elevada em 1979 (82,4%), o grau de urbanização da PEA aumentou em quase 4 pontos percentuais durante o período. Foi no Nordeste, todavia, que a variação no grau de urbanização foi mais acentuada. Durante o período, o grau de urbanização da força de trabalho rompeu o marco dos 50% e situou-se, em 1986, já no nível dos 53,5% (1). O processo acelerado de urbanização da força de trabalho nordestina foi a resultante tanto dos mecanismos estruturais, que governam historicamente a mobilidade rural-urbana da força de trabalho regional quanto do fenômeno da seca, que atingiu duramente a região nos anos de 1979 a 1983.

A força de trabalho brasileira não apenas tomou-se mais urbana durante o período, como também, tornou-se crescente-

Tabela 1
Urbanização da Força de Trabalho*

Regiões	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Brasil	65.75	70.65	70.63	70.92	71.62	71.96	73.13
Sudeste	82.41	84.92	85.03	84.80	85.21	85.75	86.13
Nordeste	45.26	51.31	50.52	51.49	52.01	52.40	53.45

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

* Força de Trabalho Urbana como percentagem do total da Força de Trabalho.

mento do mercado de trabalho urbano brasileiro.

Em primeiro lugar, a tendência à urbanização da força de trabalho foi uma constante no período, dando seqüência a um processo já secular. De fato, para o Brasil como um todo, a fração da força de trabalho situada em áreas urbanas aumentou quase que monotonicamente no período, à exceção de 1981-1982 (vide tabela 1). Em 1979, a força de trabalho urbana como fração do total situava-se um pouco abaixo dos 2/3. Em 1986, já se aproximava dos 4/5. No Sudeste, onde a concentração da força de

mente feminina, dando também seqüência a um processo de natureza histórica. De fato, entre 1979 e 1986, a percentagem de mulheres na força de trabalho urbana aumentou, para o Brasil como um todo, de 33,7% para 36,5% (vide Tabela 2). Este fenômeno é observável também nas regiões Sudeste e Nordeste. O fato a destacar na análise regional é que no final da década dos 70 a fração da PEA que era feminina foi maior no Nordeste (35,4%) que no Sudeste (32,8%). Contudo, em 1986 esta fração foi praticamente igual para as duas regiões e próxima da média para o Brasil como um

todo (vide Tabela 2). A crescente feminização da força de trabalho urbana é resultante

A análise do crescimento da força de trabalho urbana durante o período tem que

Tabela 2
Composição da Força de Trabalho Urbana por Sexo
Brasil
1979-1986

Região e Sexo	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
(%)							
BRASIL							
Homens	66.26	66.40	65.38	65.09	64.54	64.31	63.46
Mulheres	33.74	33.60	34.62	34.91	35.46	35.69	36.54
SUDESTE							
Homens	67.17	66.41	65.35	65.06	64.09	64.52	63.11
Mulheres	32.83	33.59	34.65	34.94	35.91	35.48	36.89
NORDESTE							
Homens	64.64	65.76	64.67	64.11	64.15	63.51	63.53
Mulheres	35.36	34.24	35.33	35.89	35.85	36.49	36.47

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

do aumento das taxas de participação da mulher na PEA e dos fenômenos associados a esta tendência que, constitui um fato marcante na evolução da força de trabalho brasileira no pós-guerra.

ser feita com cautela, pois os dados da PNAD apresentam características que atribuem à interpretação da evolução da PEA urbana um caráter ambíguo (2). Com base na média dos períodos 1981-82 e 1985-86,

Tabela 3
Taxas de Crescimento da Força de Trabalho Urbana, Emprego e Desemprego
Brasil
1985-1986 / 1981-1982

Especificação	Região		
	Brasil	Sudeste	Nordeste
I. Força de Trabalho Urbana Não-Agrícola	4.36	4.05	4.45
II. Emprego Urbano Não-Agrícola	4.84	4.61	4.86
A. Formal	5.90	5.37	6.37
B. Informal	2.68	2.75	3.19
III. Desemprego Urbano Não-Agrícola	-4.62	-5.78	-2.44
IV. Emprego Urbano Não-Agrícola de Baixa Renda	1.89	1.41	3.30
A. Formal	6.20	-2.16	5.10
B. Informal	0.39	2.95	2.74

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). "Tabulações Especiais da PNAD", Mtb-SES/BRA/82/026 e Mtb-SES/BRA/87/002.

a taxa de crescimento geométrica da PEA foi de 4,36% a.a. para o Brasil como um todo e maior no Nordeste (4,54% a.a.) do que no Sudeste (4,05% a.a.) (vide Tabela 3). Todavia, estas taxas mostram não somente que o crescimento do emprego, especialmente do formal, foi superior ao da força de trabalho, mas, também que o desemprego declinou rapidamente no período. Isto é, o crescimento das oportunidades de emprego nas cidades permitiu não apenas a absorção da PEA urbana, mas, também, contribuiu para reduzir o estoque de desempregados. Esta inferência, todavia, decorre da comparação de dois períodos bem distintos: o de 1981-82, quando o país se defrontava com uma forte recessão, e o de 1985-86, quando a economia brasileira estava em rápida expansão em decorrência da crescente liberação da política salarial de 1985 e dos efeitos dinamizadores do Plano Cruzado. A análise por sub-períodos, todavia, descreve um cenário distinto e que apesar dos senões dos números e da cautela a ser exercida na sua interpretação, expõe fenômenos que as taxas para o período como um todo não revelam.

De fato, ao se decompor o crescimento da PEA em sub-períodos, evidencia-se, para o Brasil e o Sudeste, que o crescimento da força de trabalho urbana apresentou, ao longo de 1981-1986, dois momentos distintos. No primeiro (1981-1983), que corresponde à recessão econômica do Brasil moderno, o crescimento da PEA urbana (3,8% e 3,5%, respectivamente para o Brasil e Sudeste) situa-se tanto abaixo da taxa histórica (6% a.a.) dos anos setenta, quanto da medida do período 1981-1986 (3) (vide Tabela 3). Em segundo momento, o crescimento da PEA urbana acelera-se de forma a se reaproximar (4,7% e 4,4%, respectivamente para o Brasil e Sudeste) da trajetória histórica da década passada e situa-se acima do crescimento médio observado para os seis primeiros anos da década dos 80. Este padrão conforma-se ao esperado a partir do conhecimento acumulado sobre as

variações no crescimento da força de trabalho durante o ciclo econômico em sistemas capitalistas, qual seja, a PEA desacelera o seu crescimento durante uma recessão para voltar novamente a expandir-se a taxas crescentes durante as fases de recuperação e prosperidade.

O Nordeste, todavia, apresentou um quadro inverso com relação ao país como um todo e ao Sudeste: a taxa de crescimento da PEA foi maior no período recessivo (4,65% a.a.) que no período de recuperação e expansão (4,27%). Este fato tem duas explicações plausíveis.

A primeira e a mais provável, é a de que a taxa de crescimento da PEA urbana tenha sido superestimada no período 1981-1983 em função de a FIBGE ter classificado os trabalhadores engajados nas frentes de serviço de emergência entre as atividades urbanas da construção civil.

A segunda, refere-se ao nível de desenvolvimento das atividades capitalistas modernas na Região e seu reflexo sobre a estrutura do mercado de trabalho. O reduzido tamanho relativo do setor produtivo moderno conduz a que apenas uma pequena fração da PEA urbana esteja engajada neste setor. Em contrapartida, a percentagem de trabalhadores ocupados em atividades informais é significativa e tende a aumentar durante períodos recessivos. Assim neste tipo de economia é o nível de emprego no setor informal que é sensível à recessão e como este é importante na composição do emprego total, os reflexos da crise transmitem-se para a composição da ocupação. Durante o período 1981-1983, Jatobá (1988) verificou que a composição do emprego entre atividades formais e informais mudou significativamente na direção das últimas durante a recessão, ou seja, que o emprego informal é anti-cíclico. Existe, portanto, um mecanismo que conduz os entrantes ou reentrantes no mercado de trabalho pela porta de mais fácil acesso, que é a do setor informal, especialmente naqueles segmentos onde a barreira à entrada são poucas ou

inexistentes. É difícil, todavia, aferir a importância relativa de cada um destes fatores sobre a composição das taxas de crescimento observadas para o Nordeste durante o período em referência.

Evolução das características demográficas e da força de trabalho das famílias

As Tabela 4(a) a 4(c), apresentam a evolução de algumas características demográficas e da força de trabalho para o Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste, relativas ao

no mesmo período parece refletir o declínio da fecundidade ocorrido na década dos setenta. No Sudeste o tamanho médio dos membros da família em idade de trabalhar reduz-se de 8,1% no período, sendo a queda constante. Nos casos do Nordeste e do país, apesar do decréscimo de 6,0% e 7,6%, respectivamente, observa-se um discreto aumento no último ano da série com relação ao anterior.

O número médio de pessoas na força de trabalho por família cai duramente a recessão e recupera-se a partir de 1984, apresentado, por conseguinte, um padrão pró-cíclico. Como a maior parte dos membros que

Tabela 4(a)
Evolução do Número Médio de Pessoas, de Pessoas em Idade de Trabalhar, de Pessoas na Força de Trabalho, de Pessoas Fora da Força de Trabalho e de Pessoas Ocupadas por Família, para o Total de Famílias
Brasil
1979/1986

Anos	Pessoas por Família	Pes. em Id. Trab. p/ Fam.	Força de Trabalho p/ Fam.	Pessoas Ocupadas p/ Fam.	Pessoas Fora da F. Trab. p/ Família
1979	4.29	3.28	1.68	1.62	1.60
1981	4.18	3.18	1.65	1.57	1.53
1982	4.11	3.12	1.66	1.59	1.46
1983	4.07	3.09	1.64	1.55	1.45
1984	3.99	3.04	1.62	1.54	1.42
1985	3.96	3.00	1.55	1.58	1.36
1986	3.95	3.03	1.67	1.62	1.36

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD.

período 1979-1986. Em primeiro lugar, observa-se que o número de pessoas por família declina para o país e Regiões entre 1979 e 1986. O declínio é monotônico exceto para o Nordeste, que apresenta, em 1986, um pequeno aumento relativamente a 1985. De fato entre 1979 e 1986, o declínio no tamanho médio da família é de 7,9% para o país como um todo, de 6,9% para o Nordeste e de 8,3% para o Sudeste. Este declínio pode ser indicativo de queda na taxa de fecundidade durante a década dos oitenta. Todavia, a redução no número de pessoas de 10 anos e mais (em idade de trabalhar)

participam na força de trabalho estão ocupados, o número médio de pessoas ocupadas por família tem comportamento também pró-cíclico. Contudo, o declínio do número médio de membros da família na força de trabalho é mais suave que no número médio de pessoas ocupadas por família, devido ao efeito amortecedor da procura de emprego (número médio de membros desempregados por família) que tem claramente um comportamento anti-cíclico (4). Por outro lado, o número de pessoas fora da força de trabalho (10 anos e mais) por família, declinou em função da forte tendência à queda

Tabela 4(b)
Evolução do Número Médio de Pessoas, em Idade de Trabalhar, de Pessoas na Força de Trabalho, de Pessoas Fora da Força de Trabalho e de Pessoas Ocupadas por Família, para o Total de Famílias
Nordeste
1979/1986

Anos	Pessoas por Família	Pes. em Id. Trab. p/ Fam.	Força de Trabalho p/ Fam.	Pessoas Ocupadas p/ Fam.	Pessoas Fora da F. Trab. p/ Família
1979	4.75	3.46	1.64	1.58	1.81
1981	4.70	3.40	1.60	1.52	1.80
1982	4.55	3.30	1.61	1.54	1.68
1983	4.52	3.29	1.60	1.51	1.69
1984	4.43	3.25	1.60	1.52	1.64
1985	4.39	3.23	1.64	1.58	1.59
1986	4.42	3.25	1.65	1.59	1.61

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD.

do número de pessoas em idade de trabalhar. Portanto, a queda desta relação aparenta ter sido mais um fenômeno de natureza demográfica do que associado ao mercado de trabalho. De fato, se a razão média entre o número de pessoas em idade de trabalhar e o número de famílias permanecesse estável ou declinasse apenas discretamente, o número médio de pessoas de 10 anos e mais inativas por família variaria inversamente ao número médio de pessoas por famílias dentro da PEA. Se esta última

tem um comportamento pró-cíclico, aquela deveria ter um padrão anti-cíclico; aumentando durante a recessão e caindo na fase de crescimento e recuperação. Todavia, a tendência observada da queda para o conjunto do país e as duas regiões em foco, sugere que o fator determinante do declínio foi de natureza demográfica e está associado aos condicionantes do crescimento da população de 10 anos e mais.

Segundo lugar, observe-se que tanto o número médio de pessoas quanto o nú-

Tabela 4(c)
Evolução do Número Médio de Pessoas, em Idade de Trabalhar, de Pessoas na Força de Trabalho, de Pessoas Fora da Força de Trabalho e de Pessoas Ocupadas por Família, para o Total de Famílias
Sudeste
1979/1986

Anos	Pessoas por Família	Pes. em Id. Trab. p/ Fam.	Força de Trabalho p/ Fam.	Pessoas Ocupadas p/ Fam.	Pessoas Fora da F. Trab. p/ Família
1979	4.10	3.21	1.67	1.62	1.53
1981	3.99	3.12	1.66	1.57	1.46
1982	3.93	3.06	1.67	1.59	1.39
1983	3.88	3.02	1.65	1.54	1.37
1984	3.81	2.97	1.62	1.53	1.35
1985	3.80	2.96	1.65	1.59	1.31
1986	3.76	2.95	1.67	1.62	1.28

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD.

mero de pessoas em idade de trabalhar por família são maiores no Nordeste do que no Sudeste. Isto reflete padrões e níveis distintos de fecundidade entre as duas regiões. Contudo, o número médio de pessoas na PEA e ocupados por família é maior no Sudeste do que no Nordeste, sugerindo um maior engajamento, em média, das famílias no mercado de trabalho daquela região que na última. Finalmente, um maior número de pessoas por família fora da força de trabalho no Nordeste, em comparação com o Sudeste, indica que a região mais pobre tem uma maior taxa de dependência, ou seja, para cada membro, em média, na força de traba-

lho há mais membros fora da PEA no Nordeste do que no Sudeste (5).

Variações da taxas de participação na força de trabalho ao longo do período 1979-1986

A evolução das taxas de participação na força de trabalho urbana no período 1979-1986 para o país como um todo, consta da Tabela 5(a) (6). Observe-se inicialmente que, à exceção do período 1982-1983, a taxa de participação na força de trabalho urbana (TPFTU) é crescente durante o período. De fato, entre 1982 e 1983, quando a

Tabela 5(a)

Taxa de Participação na Força de Trabalho Urbana por Sexo e Idade
Brasil
1979-1986

Sexo e Idade	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
HOMENS	70.77	71.46	72.26	71.61	71.44	73.06	73.06
10 a 14 anos	13.79	14.65	16.10	14.39	13.91	16.02	16.32
15 a 19 anos	62.35	63.14	65.51	62.65	62.66	66.34	67.12
20 a 24 anos	89.48	90.47	91.02	90.94	90.85	91.00	91.09
25 a 29 anos	95.83	96.24	96.75	96.63	96.36	96.82	96.46
30 a 39 anos	96.86	96.82	96.77	96.91	96.99	97.15	97.10
40 a 49 anos	92.58	92.46	92.98	92.60	91.91	92.80	93.16
50 a 59 anos	78.29	77.94	77.87	76.90	75.24	76.21	75.84
60 anos e mais	39.01	38.01	38.09	36.96	35.03	37.04	37.68
MULHERES	33.48	33.66	35.65	35.64	36.40	37.46	38.47
10 a 14 anos	9.00	8.63	9.22	7.83	8.32	8.75	9.61
15 a 19 anos	38.28	37.48	39.60	38.65	38.94	40.63	41.39
20 a 24 anos	49.28	49.10	49.98	51.39	52.11	52.74	54.94
25 a 29 anos	44.98	45.80	48.09	48.42	49.80	51.01	50.85
30 a 39 anos	43.50	44.91	47.67	48.07	49.36	51.36	52.97
40 a 49 anos	38.54	39.14	42.47	42.86	44.24	44.65	46.98
50 a 59 anos	26.72	27.12	29.13	28.75	28.86	28.88	29.96
60 anos e mais	8.52	8.96	9.38	9.05	8.77	8.87	8.65
TOTAL	51.44	51.88	53.31	52.95	53.25	54.56	54.99
10 a 14 anos	11.38	11.60	12.67	11.11	11.11	12.37	12.94
15 a 19 anos	49.75	50.07	52.25	50.33	50.55	53.05	53.84
20 a 24 anos	68.66	69.16	69.70	70.45	70.74	71.04	72.56
25 a 29 anos	69.25	69.72	71.07	71.38	72.01	72.85	72.45
30 a 39 anos	69.40	69.86	71.47	71.59	72.36	73.58	74.01
40 a 49 anos	64.78	65.14	66.71	66.90	67.40	67.94	68.93
50 a 59 anos	51.59	51.55	52.70	51.45	50.64	51.27	51.48
60 anos e mais	22.28	21.99	22.36	21.72	20.50	21.46	21.56

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Tabela 5(b)
Taxa de Participação na Força de Trabalho Urbana por Sexo e Idade
Nordeste
1979-1986

Sexo e Idade	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
HOMENS	66.86	66.94	68.04	67.01	67.61	69.22	68.76
10 a 14 anos	16.98	15.82	17.92	16.28	15.69	16.72	16.97
15 a 19 anos	57.74	54.71	57.29	54.83	55.10	57.61	58.04
20 a 24 anos	87.06	87.72	87.18	86.92	87.49	87.38	88.28
25 a 29 anos	93.75	94.69	95.99	95.52	94.65	95.54	94.37
30 a 39 anos	96.68	95.88	96.22	95.90	96.87	96.41	96.70
40 a 49 anos	92.21	92.23	93.74	92.64	93.03	93.10	93.80
50 a 59 anos	82.69	81.46	82.40	80.48	82.27	82.16	81.54
60 anos e mais	44.97	43.05	42.64	40.50	40.92	45.22	43.20
MULHERES	31.27	30.19	32.25	32.57	33.00	34.46	34.33
10 a 14 anos	7.77	7.56	8.09	7.24	6.94	7.34	8.37
15 a 19 anos	28.38	26.85	27.68	28.87	28.40	29.92	29.69
20 a 24 anos	43.21	42.53	43.64	45.84	45.73	47.21	47.14
25 a 29 anos	43.27	43.87	45.08	47.11	47.04	49.81	46.97
30 a 39 anos	47.08	45.40	47.92	47.81	49.62	51.91	51.58
40 a 49 anos	43.46	41.08	45.39	44.08	46.19	46.20	48.77
50 a 59 anos	31.13	28.44	32.11	33.01	33.56	33.25	32.48
60 anos e mais	11.09	9.53	11.87	10.30	10.34	11.07	10.05
TOTAL	47.68	47.25	48.87	48.58	49.14	50.60	50.35
10 a 14 anos	12.25	11.54	12.94	11.63	11.23	11.92	12.58
15 a 19 anos	40.47	40.16	41.60	41.23	41.14	42.90	42.92
20 a 24 anos	63.13	63.47	63.34	64.67	64.99	65.87	66.26
25 a 29 anos	65.89	66.47	67.93	68.91	69.26	71.06	68.88
30 a 39 anos	69.74	68.55	70.16	70.00	71.27	72.42	72.67
40 a 49 anos	65.73	64.47	67.49	66.40	67.99	67.83	68.96
50 a 59 anos	55.51	53.21	55.50	54.47	55.57	54.85	54.00
60 anos e mais	25.86	24.37	25.68	23.92	23.73	26.26	25.30

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

recessão é mais aguda, a TPFTU apresenta uma inflexão. Em 1984, inicia-se a recuperação que se acelera a partir de 1985. Para os homens, a TPFTU, continua em queda até 1984, mas recupera-se rapidamente em 1985 para estabilizar-se em 1986. No caso das mulheres, a TPFTU estabiliza-se em 1983, ao nível de 1982, para em seguida retomar, antes mesmos que a dos homens, continuamente o seu crescimento. Portanto, os dados sugerem uma certa sensibilidade das taxas de participação às variações no ritmo da atividade econômica que aparenta ser mais marcante para os homens que para as mulheres.

Esta última conclusão deve ser recebida com cautela dado que as séries anali-

sadas não refletem apenas a influência das flutuações econômica de curto prazo mas também as tendências seculares. Isto é, a componente de tendência não foi purgada das séries históricas. Por certo, a tendência secular à decrescente participação masculina e à crescente participação feminina pode obscurecer visualmente os movimentos de curto prazo. Assim sendo, durante a recessão, a componente tendencial exacerbava a queda das taxas de participação masculina e amortecia o crescimento das femininas, o que pode erroneamente induzir o leitor à conclusão de que os homens são mais sensíveis às flutuações econômicas que as mulheres no que diz respeito às

Tabela 5(c)
Taxa de Participação na Força de Trabalho Urbana por Sexo e Idade
Sudeste
1979-1986

Sexo e idade	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
HOMENS	71.84	72.65	73.31	73.02	72.09	74.08	74.27
10 a 14 anos	11.93	13.43	14.26	13.11	11.78	15.18	15.55
15 a 19 anos	63.68	65.48	67.32	65.05	63.74	69.42	70.10
20 a 24 anos	90.20	91.21	91.65	92.30	91.36	91.77	91.97
25 a 29 anos	96.31	96.33	96.75	96.78	96.79	97.02	96.96
30 a 39 anos	96.66	96.92	96.69	96.93	96.73	97.11	96.85
40 a 49 anos	92.04	92.15	92.41	91.94	90.79	92.27	92.43
50 a 59 anos	76.21	76.33	75.59	74.89	72.29	73.79	73.65
60 anos e mais	37.09	35.09	36.31	35.50	32.03	33.75	36.35
MULHERES	33.52	34.94	36.97	37.18	38.15	38.57	40.12
10 a 14 anos	9.07	8.56	9.69	8.03	9.01	9.03	10.19
15 a 19 anos	41.60	42.61	44.75	43.41	44.07	45.59	46.75
20 a 24 anos	50.77	52.55	53.73	55.12	56.49	55.99	59.31
25 a 29 anos	44.89	46.61	49.76	49.75	51.08	52.54	52.43
30 a 39 anos	41.21	44.56	46.98	47.79	49.69	50.90	53.93
40 a 49 anos	36.08	38.07	41.51	42.93	44.47	43.89	46.34
50 a 59 anos	24.61	26.64	28.62	28.07	27.82	27.94	29.07
60 anos e mais	7.32	8.98	8.53	8.97	8.60	8.31	8.79
TOTAL	52.24	53.32	54.68	54.63	54.64	55.84	56.52
10 a 14 anos	10.50	10.99	11.99	10.60	10.41	12.12	12.86
15 a 19 anos	52.38	54.03	56.10	54.06	53.82	57.35	58.17
20 a 24 anos	70.20	71.69	72.32	73.41	73.52	73.53	75.61
25 a 29 anos	70.00	70.54	72.16	72.70	73.21	74.07	73.70
30 a 39 anos	68.52	69.97	71.54	71.84	72.79	73.72	74.45
40 a 49 anos	63.53	64.77	66.08	66.64	67.06	67.51	68.48
50 a 59 anos	49.38	50.58	51.45	50.20	48.93	49.85	50.16
60 anos e mais	20.92	20.71	21.01	21.08	18.99	19.60	20.80

FONTE: IBGE. - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

variações de curto prazo na oferta de trabalho.

Para as regiões Sudeste (Tabela 5 (c)) e Nordeste (Tabela 5 (b)), o padrão é semelhante ao do país como um todo: há uma discreta sensibilidade das TPFTU às flutuações econômicas do período que aparenta ser mais presente no caso dos homens do que das mulheres. Não deve passar despercebido o fato de que as TPFTU são mais altas para os homens e mulheres, no Sudeste do que no Nordeste, sugerindo uma associação positiva entre intensidade de participação no mercado de trabalho urbano e nível de desenvolvimento regional. A evolução das TPFTU por idade indica que as faixas etárias mais jovens e mais velhas são mais sensíveis às flutuações econômicas.

No Sudeste, para as faixas mais jovens, a resposta das TPFTU às variações no ritmo da atividade econômica parece ser mais intensa que no Nordeste. Estes grupos são mais sensíveis às condições do mercado de trabalho, tendo menos restrições para sair ou para adiar a entrada na PEA e estas variações são tanto maiores quanto mais desenvolvida for a região.

A taxa de participação dos trabalhadores principais e secundários, entendendo os primeiros como o conjunto formado pelos homens de 20 a 49 anos e os segundos como aquele composto pelas mulheres e os homens de 10 a 19 anos e de 50 anos ou mais, também evidenciam sensibilidade aos movimentos da economia. De fato, a Tabela 6 mostra que, apesar de discretos, os movi-

Tabela 6
Taxa de Participação na Força de Trabalho de Trabalhadores Principais e Secundários
Brasil
1979-1986

Especificação	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
BRASIL							
Trabalhadores Principais	93.77	94.13	94.52	94.43	94.24	94.66	94.64
Trabalhadores Secundários	36.90	37.46	39.11	38.53	38.80	40.21	40.95
SUDESTE							
Trabalhadores Principais	93.88	94.30	94.53	94.70	94.15	94.77	94.72
Trabalhadores Secundários	36.93	38.47	40.10	39.78	38.96	41.11	42.34
NORDESTE							
Trabalhadores Principais	92.59	92.68	93.31	92.75	93.09	93.13	93.38
Trabalhadores Secundários	35.03	34.32	36.20	35.75	36.10	37.62	37.32

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

mentos das taxas de participação parecem responder às flutuações no ritmo da atividade econômica. Para os trabalhadores principais, a TPFT declina em 1983 e 1984, embora esta queda seja apenas 0,28 pontos percentuais ao se comparar 1984 com 1982. Quanto aos trabalhadores secundários, o decréscimo da TPFT (de apenas 0,58 pontos percentuais) só ocorreu entre 1982 e 1983, embora a recuperação iniciada em 1984 tenha sido insuficiente para recolocar a TPFT ao nível de 1982. Ademais, com a recuperação da economia no período 1984-1986, as TPFT voltaram a crescer rapidamente, sendo esta recuperação mais acentuada para os trabalhadores secundários do que para os principais, cuja TPFT praticamente estabilizou-se nos dois últimos anos da série.

Estes movimentos de curto prazo, todavia, não mascaram a tendência, já observada nas décadas anteriores e que se mantém nos anos oitenta, para uma crescente participação feminina na força de trabalho urbana, especialmente no Sudeste, onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas abriu um importante espaço ao engajamento das mulheres no mercado de trabalho.

Fontes de variação nas taxas de participação na força de trabalho: 1979-1986

A força de trabalho (L) expande-se em função do crescimento no tamanho da população em idade de trabalhar (N) e da transferência de indivíduos da condição de inativo para a de economicamente ativo, fenômeno que é medido pela variação na taxa de participação (a), ou seja:

$$L = aN. \tag{1}$$

Todavia, pela definição da PEA adotada pela FIBGE (conceito de força de trabalho), a PEA (L) é formada pelos que estão ocupados (E) e pelos que estão procurando ativamente trabalho (U) ou seja:

$$L = E + U. \tag{2}$$

Substituindo (1) em (2); obtém-se $aN = E + U$, donde:

$$a = \frac{E + U}{N} \tag{3}$$

Diferenciando (3) e rearrumando os termos, obtém-se (7):

$$\dot{a}/a = \dot{u}/u \cdot U/E + \dot{E}/E - \dot{N}/N \quad (4)$$

Isto é, o crescimento da taxa de participação (\dot{a}/a) é decomposto em três partes, quais sejam:

$\dot{u}/u \cdot U/E$ = taxa de crescimento do desemprego ponderada pela razão entre o estoque de desempregados e de empregados (U/E);

\dot{E}/E = taxa de crescimento do emprego;

\dot{N}/N = Taxa de crescimento da população em idade de trabalhar.

A expressão (4) indica que a taxa de participação aumenta com o crescimento do emprego e do desemprego e declina com o aumento da população em idade ativa.

A Tabela 7, apresenta a decomposição da variação da taxa de participação para o conjunto dos homens e mulheres nos três componentes acima para pares consecutivos de anos entre 1979 e 1986 e para o Brasil, Nordeste e Sudeste.

Em primeiro lugar, a importância relativa do desemprego é positiva no pico da recessão e crescentemente negativa durante a recuperação. Em segundo lugar, a importância relativa da componente emprego diminui na recessão e é crescente na fase de expansão. A terceira componente, arrefece o impacto das outras duas e indica a influência da base populacional. Um crescimento mais rápido da população em idade de trabalhar relativamente àqueles que es-

Tabela 7
Decomposição da Variação da Taxa de Participação em Componentes
Brasil
1979-1986

	Crescimento da Taxa de Desemprego	Crescimento do Emprego	Cresc. da População em Idade de Trabalhar	Crescimento da Taxa de Participação = (4)	Proporção da Variação Devida à Tx. Desemprego	Proporção da Variação Devida à Tx. Cresc. Emp.	Proporção da Variação Devida Cresc. Pop. Id. Trab.	Variação Total
	(1) +	(2) -	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
I - Brasil								
1979/1981	2.31	16.78	18.01	1.08	214.06	1554.96	1669.02	100.00
1981/1982	-0.50	5.73	2.28	2.95	-17.04	194.39	77.35	100.00
1982/1983	1.25	0.78	2.75	-0.73	-172.29	-107.36	-379.65	100.00
1983/1984	-0.79	4.33	2.89	0.85	-121.61	698.44	444.83	100.00
1984/1985	-1.19	7.60	4.08	2.33	-50.94	326.15	175.21	100.00
1985/1986	-1.30	4.66	2.32	1.06	-121.71	439.50	217.79	100.00
II - Sudeste								
1979/1981	2.79	12.79	13.35	2.20	128.93	580.88	607.81	100.00
1981/1982	-0.52	5.13	1.92	2.68	-19.51	191.23	71.72	100.00
1982/1983	1.24	0.67	2.15	-0.24	-523.08	-284.31	-807.39	100.00
1983/1984	-0.60	3.15	2.22	0.13	-639.54	2515.61	1776.08	100.00
1984/1985	-1.21	7.49	4.23	2.04	-59.45	366.56	207.11	100.00
1985/1986	-1.68	5.20	1.90	1.62	-104.06	321.64	117.58	100.00
III - Nordeste								
1979/1981	0.88	9.34	10.60	-0.58	-151.00	-1601.41	-1852.41	100.00
1981/1982	-0.55	6.51	2.35	3.61	-15.34	180.34	65.01	100.00
1982/1983	0.96	1.97	3.75	-0.82	-116.41	-239.05	-455.46	100.00
1983/1984	-0.41	4.73	2.79	1.53	-27.10	309.33	182.23	100.00
1984/1985	-1.42	7.75	3.44	2.90	-49.04	267.71	118.67	100.00
1985/1986	-0.57	2.29	2.11	-0.38	147.12	-594.42	-547.29	100.00

FONTE: Cálculos do Autor com base em Tabulações Especiais da PNAD.

tão na PEA, conduz a uma queda da taxa de participação. Isto ocorreu para o Brasil e as duas regiões entre 1982 e 1983, quando o desemprego aumentou e o crescimento do emprego diminuiu, permitindo que a subjacente base populacional prevalecesse sobre os componentes associados ao mercado de trabalho. Esta análise parece sugerir que aumentos na taxa de desemprego podem estar associados com quedas na taxa de participação. Estas simples fórmulas, todavia, não permitem inferências seguras, pois a decomposição apresentada não tem caráter estatístico. Elas se constituem em simples algoritmos que são válidos apenas para pequenas variações (8).

A Evolução das taxas de participação na força de trabalho segundo a escolaridade

Com a escolaridade, as TPFTU são crescentes, tanto para homens quanto para mulheres. A Tabela 8(a) mostra que, para o

Brasil, em 1985, quanto maior a escolaridade maior é a inserção na força de trabalho, especialmente após a classe dos 5-8 anos de estudos e, sobretudo, para as mulheres. Cenários semelhantes são observados para as regiões Sudeste e Nordeste. Nesta última, o salto da taxa de participação feminina quando o nível de escolaridade passa dos 5 a 8 anos de estudo para 9 ou mais é muito mais pronunciado que no Sudeste. Os dados constantes das Tabelas 8(a) a 8(c) mostram a evolução das TPFT para o Brasil e regiões Nordeste e Sudeste, por sexo ao longo do período 1979-1986 segundo o nível de escolaridade. Independente desta, e tanto para o país como um todo quanto para as regiões em destaque, a recessão de 1981-1983 parece ter desacelerado ou causado uma pequena inflexão nas TPFT. Todavia, os homens e mulheres com maior nível de escolaridade aparentam ter sofrido menos o impacto da redução da atividade econômica do que os de menor escolaridade. Destaque-se que há um salto relativamente grande nas TPFT das mulheres relativamente a

Tabela 8(a)
Taxas de Participação na Força de Trabalho Urbana por Sexo e Anos de Estudo
Brasil
1979-1986

Sexo e Anos de Estudo	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
HOMENS	70.71	71.42	72.24	71.59	71.41	73.03	73.03
Sem Inst. e -1	64.56	64.41	65.04	64.40	63.54	65.58	64.20
1 e 2 anos	56.95	57.80	57.07	56.55	56.16	57.04	57.13
3 e 4 anos	72.68	73.00	72.99	71.60	70.20	71.63	70.93
5 a 8 anos	72.12	72.76	74.60	73.40	74.12	75.62	76.27
9 anos ou +	82.77	84.21	85.89	85.80	86.25	87.39	87.22
MULHERES	33.39	33.60	35.61	35.61	36.35	37.40	38.42
Sem Inst. e -1	24.65	23.09	25.44	25.92	25.83	26.01	25.14
1 e 2 anos	24.89	23.64	25.60	25.60	25.41	26.45	27.28
3 e 4 anos	30.36	30.09	31.54	31.08	31.72	32.01	32.10
5 a 8 anos	32.90	33.55	35.62	34.40	35.27	36.35	38.64
9 anos ou +	57.24	58.81	60.50	60.37	61.06	62.21	63.51
TOTAL	51.35	51.83	53.28	52.93	53.22	54.51	54.95
Sem Inst. e -1	42.12	41.07	43.21	42.95	42.38	43.50	41.88
1 e 2 anos	40.85	40.83	41.48	41.10	40.89	41.85	42.20
3 e 4 anos	50.85	51.02	51.47	50.68	50.48	51.22	50.77
5 a 8 anos	52.16	52.84	54.80	53.55	54.25	55.50	57.02
9 anos ou +	69.78	71.15	72.85	72.66	73.17	74.25	74.89

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Tabela 8(b)
Taxas de Participação na Força de Trabalho Urbana por Sexo e Anos de Estudo
Nordeste
1979-1986

Sexo e Anos de Estudo	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
HOMENS	66.76	66.89	68.02	66.61	67.59	69.18	68.72
Sem Inst. e -1	67.69	67.58	67.91	66.55	68.50	69.62	67.94
1 e 2 anos	57.39	57.60	57.87	55.14	55.11	56.72	58.53
3 e 4 anos	67.92	66.97	67.63	66.15	65.82	66.94	66.39
5 a 8 anos	65.58	65.26	68.55	67.20	67.80	71.10	69.18
9 anos ou +	79.12	81.10	82.48	82.10	83.98	83.80	85.03
MULHERES	31.20	30.13	32.21	32.52	32.95	34.37	34.27
Sem Inst. e -1	27.67	25.06	27.79	28.25	28.59	28.71	26.92
1 e 2 anos	24.64	22.57	24.29	24.57	24.13	24.37	26.19
3 e 4 anos	28.27	25.67	28.11	28.38	27.88	29.31	27.65
5 a 8 anos	28.57	28.35	29.38	28.55	29.29	31.22	31.86
9 anos ou +	57.84	58.73	60.00	60.37	60.42	63.14	63.57
TOTAL	47.59	47.19	48.84	48.41	49.10	50.54	50.30
Sem Inst. e -1	46.26	44.85	46.91	46.48	47.53	48.19	46.44
1 e 2 anos	40.68	39.75	41.12	39.86	39.60	40.54	42.62
3 e 4 anos	46.06	44.77	45.86	45.71	45.70	46.64	45.35
5 a 8 anos	45.35	45.21	47.08	46.11	46.65	49.39	48.83
9 anos ou +	67.34	68.58	69.84	69.84	70.63	71.97	72.83

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

dos homens quando a sua escolaridade varia dos 5-8 para os 9 e mais anos de estudo. A crescente escolaridade das mulheres parece, por conseguinte, ser um fator fortemente associado com o seu maior engajamento no mercado de trabalho.

Participação na força de trabalho e nível de renda familiar

As taxas de participação variam segundo o nível renda. Em geral, quanto mais alta a renda familiar mais elevada é a taxa de participação. De uma certa forma, a associação é espúria pois taxas de participação grupadas segundo faixas de renda familiar mensal tendem a refletir fortemente o fator escala: a maior renda familiar decorre, em média, da maior participação na força de trabalho. Os dados da Tabela 9 foram construídos dessa forma: as taxas de participação foram calculadas para os grupos de população pertencentes a famílias classificadas segundo faixas de renda. Para o Bra-

sil de 1986, por exemplo, a taxa média de participação para o grupo pertencente a famílias que ganhavam até um salário mínimo foi um pouco mais da metade (0,33) da do grupo cuja renda familiar situava-se na faixa dos 10 salários mínimos (0,62).

Mais interessante, todavia, é verificar o comportamento das taxas de participação segundo faixas de renda familiar ao longo de período 1979-1986. O comportamento da força de trabalho ao longo do período deve variar segundo o nível de renda. É provável que, para os grupos de baixa renda, os níveis de participação aumentem durante a recessão, ou seja, que condições desfavoráveis no mercado de trabalho, tais como desemprego e perda do poder aquisitivo da renda do trabalho, induzam componentes da família a participar da força de trabalho para compensar a queda na renda familiar (9). Para os grupos de renda familiar mais alta, o efeito poderá ser o oposto, isto é, a perda do emprego não conduz à busca de um novo posto de trabalho, pois as condições de mercado em termos de qualidade

Tabela 8(c)
Taxas de Participação na Força de Trabalho Urbana por Sexo e Anos de Estudo
Sudeste
1979-1986

Sexo e Anos de Estudo	Anos						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
HOMENS	71,76	72,61	73,29	73,01	72,08	74,06	74,26
Sem Inst. e -1	61,61	61,31	62,57	62,12	58,74	62,45	61,27
1 e 2 anos	56,34	57,28	55,60	56,67	55,31	55,72	55,79
3 e 4 anos	74,24	74,23	74,17	72,90	70,90	72,88	72,13
5 a 8 anos	72,96	74,24	75,40	74,26	74,99	76,48	77,40
9 anos ou +	83,32	84,57	86,14	86,54	86,22	87,54	87,45
MULHERES	33,44	34,89	36,95	37,16	38,12	38,54	40,09
Sem Inst. e -1	22,65	22,72	24,68	25,36	25,22	25,15	25,25
1 e 2 anos	25,01	23,94	26,70	26,85	26,90	27,57	28,32
3 e 4 anos	30,35	31,36	32,54	32,39	33,14	32,87	33,49
5 a 8 anos	32,87	34,88	37,59	36,23	38,06	37,91	40,71
9 anos ou +	56,28	58,56	60,17	60,52	60,82	61,55	63,69
TOTAL	52,15	53,28	54,66	54,61	54,61	55,82	56,50
Sem Inst. e -1	38,83	38,44	40,77	40,55	38,95	40,51	39,23
1 e 2 anos	40,65	40,81	41,18	41,73	41,15	41,74	41,79
3 e 4 anos	51,92	52,47	52,81	52,28	51,70	52,43	52,15
5 a 8 anos	53,15	54,77	56,75	55,31	56,61	57,34	59,10
9 anos ou +	69,88	71,50	73,13	73,46	73,31	74,35	75,37

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

do trabalho desejado e do nível de salários, são adversas ou mesmo que o façam, desalentam-se pela escassez de oportunidades de emprego. Por outro lado, membros

que para estes grupos as taxas de participação caíam durante a recessão e cresçam nas fases de recuperação e expansão da economia. A Tabela 9 que mostra a evolução

Tabela 9
Taxas de Participação na Força de Trabalho Urbana por Faixa de Renda Familiar
Brasil
1979-1986

Faixa de Renda	Brasil								Sudeste								Nordeste							
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986			
Até 1 SM	0,37	0,37	0,40	0,40	0,39	0,39	0,33	0,32	0,36	0,39	0,40	0,40	0,39	0,34	0,40	0,38	0,42	0,40	0,40	0,41	0,35			
1 a 2 SM	0,46	0,46	0,49	0,48	0,49	0,49	0,47	0,45	0,46	0,49	0,49	0,49	0,49	0,47	0,47	0,45	0,48	0,48	0,48	0,49	0,46			
2 a 5 SM	0,51	0,52	0,54	0,53	0,53	0,54	0,54	0,51	0,52	0,55	0,55	0,54	0,55	0,54	0,49	0,49	0,50	0,50	0,51	0,52	0,52			
5 a 10 SM	0,55	0,56	0,58	0,57	0,57	0,58	0,59	0,56	0,57	0,59	0,57	0,57	0,58	0,60	0,51	0,51	0,53	0,52	0,52	0,55	0,56			
+ de 10 SM	0,57	0,58	0,59	0,58	0,60	0,61	0,62	0,58	0,58	0,60	0,59	0,60	0,61	0,62	0,55	0,57	0,59	0,57	0,59	0,60	0,60			

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

de famílias com renda mais alta podem adiar sua entrada no mercado de trabalho, continuando na dependência do chefe para sua manutenção. Como resultado, é provável

das taxas de participação por classes de renda familiar para o Brasil, Sudeste e Nordeste, sugerem que este tenha sido o padrão de comportamento da força de trabalho

no período. Todavia, como não estão sendo isolados os efeitos das principais variáveis que afetam a TPFT, a conclusão deve ser recebida com cautela (10).

De fato, para o Brasil como um todo, as taxas de participação crescem para os grupos de "até 1" e de 1 a 2 salários mínimos, entre 1981 e 1985, para caírem em 1986. Observe-se que a maior parte dos empregos gerados no período 1981-83, ocorreu, essencialmente, nas faixas de renda de até 2 salários mínimos. Jatobá (1988) assinalou que o crescimento do emprego urbano durante a recessão localizou-se quase que exclusivamente nos postos de trabalho e ocupações de baixa remuneração. Já em 1986 observou-se uma queda acentuada nas taxas de participação dos grupos de renda familiar mais baixa. Isto, todavia, pode não significar uma retração da oferta. Este fenômeno parece indicar que a excepcionalidade da situação econômica gerada pelo Plano Cruzado proporcionou uma melhoria nas condições de inserção no mercado de tal forma que, a entrada no mercado de trabalho ocorreu a níveis de rendimento bem superiores ao mínimo. Pode ter havido, por conseguinte, uma mobilidade da força de trabalho na direção de rendas superiores a dois salários mínimos. Para as demais classes de renda, as taxas de participação crescem entre 1981 e 1982 para depois **declinarem** entre 1982 e 1983, período que compreende a fase recessiva mais aguda. A recuperação começa mais cedo para o grupo cuja renda familiar é superior a 10 salários mínimos (1984) e um ano mais tarde para os demais grupos (2 a 5 e 5 a 10 salários mínimos). Para os grupos de renda familiar acima de 2 salários mínimos as taxas de participação são crescentes com a recuperação da economia e alcançam seu máximo, dentro do período, no ano de Plano Cruzado.

No caso do Sudeste, a trajetória da taxa de participação do grupo cuja renda familiar é de até 1 salário mínimo, é a de um U invertido; cresce durante a recessão e cai

durante a recuperação e expansão. Para o grupo familiar de renda entre 1 e 2 salários mínimos, a taxa de participação também é crescente no período 1981-1984, mas apresenta uma pequena inflexão no ano de 1983. A partir de 1984 a tendência da taxa de participação do grupo é decrescente. Para os grupos de renda familiar acima de 2 salários mínimos, a tendência das taxas de participação é semelhante a do país como um todo, isto é, são pró-cíclicas, com a recuperação também ocorrendo mais cedo no grupo de renda familiar mais alto (10 salários mínimos).

Para o Nordeste, a tendência da taxa de participação para o grupo de renda mais baixa (até 1 salário mínimo) foi também a de crescer a partir de 1981, embora com algumas oscilações entre 1982 e 1985, para depois cair acentuadamente em 1986. O grupo de renda de 1 a 2 salários mínimos, apresenta um padrão claro de crescimento da TPFT a partir de 1981 e queda acentuada entre 1985 e 1986. O comportamento das TPFT para os grupos de renda familiar acima de 2 salários mínimos é pró-cíclico e, portanto, semelhante ao observado para o Sudeste e para o país como um todo.

Observa-se que, no caso do país como um todo e do Sudeste, as TPFT para o total da população têm nível e comportamento - à exceção do período 1985-1986 - semelhante ao observado para a faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos. Já no caso do Nordeste, a TPFT para o conjunto dos grupos, situa-se, em termos de nível, abaixo da do grupo de 2 a 5 salários mínimos e acima da faixa de 1 a 2 salários mínimos e, em termos de comportamento, assemelha-se à do primeiro grupo (2 a 5 salários mínimos). Em outras palavras, as TPFT para o Nordeste situam-se a um nível mais baixo, para cada faixa de renda, em comparação com as do Sudeste, indicando que uma maior participação na força de trabalho está positivamente associada com o nível de desenvolvimento regional.

A evidência obtida através dessas tabulações é que a sensibilidade das TPFT às flutuações econômicas varia segundo o nível de renda familiar. Para os grupos de renda mais baixa, as TPFT variam anti-cíclicamente e para os de renda familiar mais alta, o comportamento é pró-cíclico. A faixa dos 2 aos 5 salários mínimos parece ser o divisor de águas deste comportamento diferenciado.

Sumário e conclusões

A análise das tendências do crescimento da estrutura e da oferta da força de trabalho no período 1979-1986 indica, em resumo, as seguintes e principais conclusões:

- crescente urbanização e feminização da força de trabalho;
- a força de trabalho reduziu seu crescimento durante a recessão e voltou a expandir-se no período de recuperação e de pico da atividade econômica. O comportamento da força de trabalho no Nordeste, todavia, não se conformou a este padrão;
- o número médio de pessoas por família que estão engajadas no mercado de trabalho caiu durante a recessão e recuperou-se, a partir de 1984, evidenciando, por conseguinte, um padrão pró-cíclico;
- a queda no número médio de pessoas fora da força de trabalho por família aparenta ter sido mais um fenômeno de natureza demográfica devido à queda no tamanho das famílias com pessoas em idade ativa, que um fato associado ao mercado de trabalho;
- à exceção de 1982-1983, a taxa global de participação na força de trabalho urbana (TPFTU) é crescente durante o período. As TPFTU apresentam uma certa sensibilidade aos movimentos da economia dado que retraem-se no período agudo da recessão e crescem no período de recuperação e de pico no nível da atividade econômica. Esta sensibilidade é maior nos grupos mais jovens e mais idosos de ambos os sexos. A sensibilidade de curto prazo para o conjunto dos homens e das mulheres é obscurecida pela componente tendencial;
- um simples exercício algorítmico de decomposição das forças que diretamente influenciam o comportamento da taxa de participação na força de trabalho indica que a contribuição do desemprego para a TPFT é positiva no auge da recessão e crescentemente negativa durante a recuperação, enquanto a contribuição do emprego diminui na recessão e é crescente na fase de expansão;
- as TPFT dos homens e mulheres com maior nível de escolaridade aparentam ter menos sensibilidade aos movimentos de curto prazo na economia que as TPFT dos grupos de menor escolaridade;
- a sensibilidade das TPFT às flutuações econômicas varia segundo o nível de renda familiar. Para os grupos de renda mais baixa o comportamento das TPFT é anti-cíclico e para os de renda familiar mais alta, pró-cíclico.

Em suma, a evidência a partir das informações disponíveis é a de que há uma certa sensibilidade do crescimento, da estrutura e da oferta de força de trabalho, expressas por variações nas TPFT, às flutuações econômicas do período 1979-1986.

NOTAS

- (1) O grau de urbanização da força de trabalho nordestina pode estar superestimado em decorrência da classificação feita pela FIBGE dos trabalhadores das frentes de emergência. Estes foram enumerados no ramo da construção civil e, portanto, colocados como membros de atividades econômicas urbanas.
- (2) As dificuldades na interpretação das taxas de crescimento estão relacionadas com a maneira pela qual a expansão dos dados das PNADs é feita. Esta é realizada com base em projeção da população por sexo e idade a partir do Censo de 1980. A revisão das projeções, como ocorreu em 1985, conduz a resultados diferentes dos iniciais. Os dados mais confiáveis são aqueles referentes aos anos mais próximos do Censo de 1980 (1981 e 1982) e do ano de revisão das projeções (1985 e 1986). Por esta razão, a análise das taxas de crescimento é feita inicialmente no texto com base na média do período 1985-1986 contra a média do período 1981-82. Todavia, este cálculo obscurece as variações ocorridas nos sub-períodos relevantes para a presente análise, tais como 1981-1983 e 1983-1986. Apesar das advertências feitas por Arias (1988) com relação ao cálculo e interpretação das taxas de crescimento da PEA para os sub-períodos que envolvam os anos mais afastados da data do Censo e da revisão das projeções, o autor realizou tais cálculos. Alerta, todavia, ao leitor que a interpretação das variações no crescimento da PEA deve ser feita com cautela.
- (3) As taxas de crescimento para o período 1979-1981 estão superestimadas e situam-se entre os 7,3% a.a. para o Sudeste e quase 8% para o Brasil. Estas taxas são irrealistas e refletem o fato de a PNAD 79 ter sido expandida com base em projeções do Censo de 1970 e as de 1981 com base no de 1980. Por esta razão tais taxas não foram utilizadas na análise.
- (4) O número médio de pessoas procurando trabalho por família é obtido diretamente da Tabela ao subtrair-se a coluna (3) da coluna (4) ou seja $PEA/F = PO/F + PPT/F$, donde $PPT/F = PEA/F - PO/F$.
- (5) Para obter os números é suficiente dividir a coluna (5) pela coluna (3).
- (6) Arias (1988) estranha que tenha havido aumentos significativos das taxas de participação entre 1981 e 1986 e, ao comparar as taxas a partir da PME, questiona o crescimento observado nas TPFT. A meu ver não há razões de natureza estatística que impugnem a construção destas taxas com os dados da PNAD. Ferreira ao comentar o texto de Arias (1988) observa que há evidências de que as taxas realmente elevaram-se por razões de natureza econômica e social e que outros estudos que usaram dados diferentes (Dedecca e Ferreira, 1988) observaram o mesmo fenômeno. Considera ainda que a comparação com a PME não permite que se impugne a construção das TPFT a partir dos dados da PNAD por conta das diferenças de metodologia.
- (7) A dedução mais direta parte da relação (2) do texto, onde $U = L \cdot E$ (1). Dividindo por L, obtém-se $U/L = 1 - E/L$ (2) onde U/L é a taxa de desemprego; Diferenciando (2) e remanejando os termos, obtém-se $\dot{U}/U = E/U (\dot{E}/E - \dot{L}/L)$ (3); Diferenciando-se a relação (1) do texto ($L = aN$), obtém-se $\dot{L}/L = \dot{a}/a + \dot{N}/N$ (4); Substituindo (4) em (3) e rearranjando os termos chega-se a: $\dot{a}/a = \dot{U}/U \cdot U/E + \dot{E}/E - \dot{N}/N$, que é a expressão mostrada no texto.
- (8) A relação (1) é obtida no texto a partir de um processo de diferenciação, sendo portanto uma identidade válida para variações muito pequenas. Por esta razão, há sempre erros de arredondamento nos cálculos.
- (9) Esta hipótese foi confirmada por Jatobá (1989) ao estimar um modelo de participação da família na força de trabalho. Observou-se que a participação de membros secundários da família na força de trabalho varia inversamente com a renda do chefe.
- (10) Ocorreu queda da renda familiar entre 1979 e 1983 e uma recuperação entre 1984 e 1986 que, no entanto, situou-se abaixo da observada no primeiro ano da série. O empobrecimento da força de trabalho de renda média e baixa observado durante a recessão teria o efeito de diminuir a taxa de participação já que esta varia diretamente com o nível de renda familiar. A despeito deste fato, as TPFT destes grupos aumentaram durante a recessão sugerindo que uma estratégia de maior participação com engajamento de membros da família em empregos mal remunerados sem carteira e em atividades informais foi adotada durante aquele período.

Referências bibliográficas

- ARIAS, Alfonso R. - 1988. Revisando a PNAD - Força de Trabalho à Luz dos Resultados Divulgados na Década dos 80, In: Diana D. Sawyer (ed.) **PNAD's em Foco: Anos 80**. Belo Horizonte, ABEP, p. 65-88.
- DEDECCA, Cláudio Salvatori & FERREIRA, Sinésio Pires - 1988. As Populações Economicamente Ativa e Ocupada: um estudo sobre suas evoluções no período 1985-1987. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Olinda, ABEP, V.2, p. 365-420.
- JATOBÁ, Jorge - 1988. Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: O Caso Brasileiro, 1970-1983, **Estudos Econômicos**, 18 (1): 29-49, jan/abr.
- _____ - 1989. **Ciclo Econômico e Força de Trabalho no Brasil Urbano**, (Tese para Professor Titular submetida ao Departamento de Economia da UFPE), Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 385p.

RESUMO – Oferta de Trabalho e Flutuações Econômicas: Brasil, 1979-1986. O propósito do artigo é estudar como a oferta de trabalho, no Brasil como um todo e nas regiões Sudeste e Nordeste, respondeu ao ciclo econômico do período 1979-1986. Desta forma, o artigo analisa o crescimento e a estrutura da força de trabalho bem como algumas de suas características demográficas. A ênfase recai na análise da sensibilidade cíclica da taxa de participação na força de trabalho (TPFT) de alguns grupos específicos. O estudo desagrega o comportamento da TPFT por sexo, escolaridade e renda familiar. A principal conclusão é a de que a oferta de trabalho, medida pelo comportamento evolutivo da TPFT, é sensível ao ciclo econômico, embora a direção e o grau desta resposta varie entre os diferentes grupos da força de trabalho.

ABSTRACT – Labor Supply and Economic Fluctuations: Brazil, 1979-1986. The purpose of this article is to study how the Brazilian labor supply responded to the business cycle of the period 1979-1986. In doing so, the article analyzes the growth and the structure of the Brazilian labor force as well as its demographic traits over that time span. The analysis focuses on the cyclical sensitivity of the labor force participation rate (LFPR) of particular labor force groups. The study breaks down the LFPR by age, sex, schooling and family income. The main finding is that the labor supply measured by the time series behavior of the LFPR is sensitive to the business cycle although the direction and the degree of responsiveness varies among labor force groups.

Recebido para publicação em 08/06/90.
Reapresentado em 03/09/90.
Aprovado para publicação em 11/04/91.